

PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2022

Institui a Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Estado de São Paulo

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Fica instituída a Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Estado de São Paulo, com a finalidade de:

I - Estabelecer princípios, objetivos e diretrizes para a constituição de políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção de mortes violentas de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo;

II - Promover ações voltadas à realização dos objetivos propostos na lei.

Parágrafo único: A Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes será implementada pelo Estado de São Paulo e pelos Municípios, em regime de cooperação e em articulação entre si, com a participação da sociedade civil, além de entidades privadas e organizações sociais que atuam com a temática de prevenção à morte violenta.

Artigo 2º - Para os fins dispostos nesta lei, consideram-se mortes violentas aquelas classificadas no como:

I - Homicídio doloso;

II - Homicídio culposo;

III - Lesão Corporal Seguida de Morte;

IV - Latrocínio;

V - Mortes Decorrentes de Intervenção Policial; e

VI - Femicídio.

Artigo 3º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

DOS PRINCÍPIOS

Artigo 4º - São princípios da Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes:

I- A observância à Constituição Federal do Brasil;

II- A observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

III- A prioridade absoluta de crianças e de adolescentes;

IV- A promoção de políticas integradas e multissetoriais que visem à prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

V- A equidade e a garantia de não discriminação, independentemente de idade, gênero, raça, etnia, religião ou crença, classe social, país de origem ou deficiência;

VI- A observância aos direitos humanos;

VII- A promoção da integração das redes de atendimento à prevenção e redução à morte violenta em nível estadual e municipal;

VIII- A corresponsabilidade do Estado e dos Municípios, em articulação com a sociedade civil, na criação de políticas, programas e planos que promovam a prevenção e redução da morte violenta de crianças e adolescentes; e

IX- A observância às disposições previstas na Lei Federal nº 13.431/2017, que “Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência”.

DOS OBJETIVOS

Artigo 5º - São objetivos da Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes:

I- Promover ações integradas e multidisciplinares para a prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

II- Atuar para reduzir as diferentes formas de negligência, discriminação, abuso, exploração, agressão, violência, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes;

III- Fortalecer os programas de proteção social que atuem pela redução da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes;

IV- Fortalecer o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM);

V - Fortalecer iniciativas que apoiem e deem suporte às ações dos conselhos tutelares;

VI- Fomentar a integração entre ações e iniciativas no âmbito estadual e municipal, sobretudo nas regiões e municípios com maior incidência de mortes violentas de crianças e adolescentes;

VII- Fomentar a promoção de políticas de proteção provisória a crianças e adolescentes em situação de ameaça e/ou risco à integridade física;

VIII- Estimular o fortalecimento dos sistemas de informação e monitoramento das violências contra crianças e adolescentes e assegurar o acesso e a transparência à informação, asseguradas as garantias à privacidade de informações pessoais;

IX- Fomentar o diagnóstico e análises periódicas relativas ao contexto de violência fatal contra crianças e adolescentes;

X- Fortalecer ações de igualdade racial, que promovam o enfrentamento à discriminação e ao racismo estrutural;

XI- Fortalecer a divulgação de canais de denúncia, municipais, estaduais e federais de prevenção à violência contra crianças e adolescentes;

XII- Fortalecer as capacidades protetivas das famílias para a proteção integral da criança e do adolescente; e

XIII- Fomentar a atuação de forma colaborativa do Estado com os municípios para o fortalecimento dos conselhos tutelares, de forma a garantir que tenham capacitação, estrutura para que possam desenvolver suas competências e responsabilidades.

DAS DIRETRIZES

Artigo 6º - São diretrizes da Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes:

I- Fomentar o planejamento e a implementação das políticas públicas de forma integrada entre as diferentes secretarias e áreas temáticas;

II- Integrar e acompanhar instituições públicas, privadas e da sociedade civil e suas ações na promoção da política de prevenção e redução da morte violenta de crianças e adolescentes;

III- Observar as especificidades de idade, gênero, raça, etnia e localidade quanto à promoção de ações voltadas à prevenção das mortes violentas;

IV- Ampliar o investimento público em ações e programas que contribuam para a prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

V- Priorizar investimentos em estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos destinados à compreensão dos contextos de vulnerabilidades e ao risco de mortes violentas de crianças e adolescentes;

VI- Estabelecer indicadores e metas específicas para o monitoramento das mortes violentas de crianças e adolescentes;

VII- Fomentar ações de prevenção à morte violenta, sobretudo em relação às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em situação de orfandade, ou que estejam ou tenham sido institucionalizados;

VIII- Promover campanhas e formação de profissionais e da sociedade em geral pela defesa dos direitos e pela proteção contra a violência de crianças e adolescentes;

IX- Fomentar parcerias e ações junto aos municípios para o acolhimento institucional ou de crianças e adolescentes que estejam em situação de ameaça ou risco iminente e que não tenham sido atendidos por programas estaduais de proteção;

X- Fomentar formação continuada aos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça sobre a temática de crianças e adolescentes, sobre políticas de prevenção à violência fatal endereçada em relação a tais grupos e, ainda, sobre as políticas desenvolvidas pela rede de proteção em relação às crianças e adolescentes; e

XI- Fomentar formação continuada dos profissionais da saúde, educação e assistência social e outras secretarias que atuam com crianças e adolescentes, sobre as políticas de prevenção à violência letal contra crianças e adolescentes e, ainda, sobre as políticas desenvolvidas pela rede de proteção em relação às crianças e adolescentes.

DO COMITÊ DA POLÍTICA PAULISTA DE PREVENÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Artigo 7º - A coordenação, articulação, monitoramento e avaliação da Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, prevista nesta Lei, serão executados por meio do Comitê da Política Paulista de Prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes, instância interinstitucional de caráter consultivo e deliberativo, que tem como finalidade assegurar a articulação das ações voltadas à prevenção à morte violenta de crianças e adolescentes, em âmbito estadual, conforme dispuser regulamento, e que deve observar a composição igualitária dos seguintes membros:

I - Representante da Casa Civil;

II- Representante da Secretaria de Justiça e Cidadania;

III- Representante da Secretaria de Educação;

IV- Representante da Secretaria de Segurança Pública;

V- Representante da Secretaria de Saúde;

VI- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social;

VII- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

VIII- Representante da Secretaria de Esporte e Lazer;

IX- Representantes da Sociedade Civil (universidades, associações, instituições que tenham atuação com o tema disposto nesta lei);

X- Representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;

XI- Representante do Ministério Público do Estado de São Paulo;

XII- Representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

XIII- Representante do Tribunal de Justiça do Estado de SP; e

XIV- Representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - A composição do Comitê será em número paritário de representantes da sociedade civil e representantes de Estado. A presidência deste órgão deverá ser rotativa e alternada entre os representantes da sociedade civil e do Estado.

Artigo 8º - São atribuições do Comitê da Política Paulista de Prevenção e Redução das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes:

I- Promover a articulação interinstitucional para a prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

II- Propor medidas para a implementação da Política Paulista de Prevenção e Redução das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes;

III- Elaborar plano de incidência para a implementação e monitoramento de ações voltadas ao cumprimento desta lei;

IV- Editar resoluções para a implementação da Política Paulista de Prevenção e Redução das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes;

V- Recomendar a elaboração de protocolos integrados e providências acerca da política de prevenção à violência letal contra crianças e adolescentes.

VI- Propor métricas de acompanhamento da situação da violência letal contra crianças e adolescentes e estimular a transparência de dados e informações relevantes sobre esse tema;

VII- Estimular a geração de evidências, estudos, pesquisas e instrumentos de análise sobre a morte violenta de crianças e adolescentes, suas causas, consequências e fenômenos correlatos;

VIII- Fomentar a publicação de materiais informativos, relatórios e pesquisas sobre os contextos e políticas de prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

IX- Celebrar convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais, ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo o diagnóstico da violência letal, bem como a implementação de programas de diminuição da violência letal praticada contra crianças e adolescentes;

X- Fomentar a capacitação permanente dos atores do sistema de justiça, das polícias e das secretarias estaduais sobre os direitos, os riscos e contextos de vulnerabilidade à violência letal de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo;

XI- Apoiar ações da sociedade civil relativas à prevenção da morte violenta de crianças e adolescentes;

XII- Criar observatório dos casos de mortes violentas de crianças e adolescentes, em parceria com a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública-CAP/SSP, para consolidar, analisar e monitorar periodicamente os dados relativos à morte violenta de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo;

XIII- Promover o Fórum Permanente de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes com o intuito de promover boas práticas, apresentar resultados, pesquisas, intercâmbios e integração entre os envolvidos para a prevenção e redução de mortes violentas de crianças e adolescentes;

XIV- Fomentar ações que tenham por enfoque o atendimento e acompanhamento da situação de crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; e

XV- Fomentar e fortalecer canais de denúncia sobre episódios de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º - Compete ao Comitê elaborar e aprovar seu regimento interno para dispor sobre sua organização e seu funcionamento.

§ 2º - Será previsto em regulamento as diretrizes para criação do regimento interno do Comitê.

DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À MORTE VIOLENTA E RESPOSTA

Artigo 9º - São consideradas partes e atividades de uma política de prevenção à morte violenta de crianças e adolescentes as ações e programas implementados pelo Estado de São Paulo e pelos Municípios que tenham essa finalidade.

Artigo 10 - Instituições de cumprimento ou acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado, instituições de saúde, de segurança pública, de ensino, e da assistência social deverão notificar as situações que exigem intervenção emergencial, identificados em seus atendimentos, envolvendo crianças ou adolescentes, ao Conselho Tutelar da região, Ministério Público, Defensoria Pública, ou Tribunal de Justiça, para que sejam tomadas providências, de forma emergencial.

Artigo 11 - Para os fins desta lei, são consideradas situações que exigem intervenção emergencial:

I - ameaça iminente de morte;

II - tentativa de homicídio.

Artigo 12 - Para as hipóteses que ainda não tenham sido avaliadas ou incluídas em programas específicos de prevenção à morte, poderá ser criado núcleo próprio de proteção provisória para atendimento e avaliação aos casos dessa natureza.

Parágrafo único - A proteção provisória de que trata o caput deste artigo visa o acolhimento emergencial, em caráter transitório, de crianças, adolescentes e familiares que aguardam sua inclusão nos programas de proteção, ou que se encontrem em situações que exigem intervenção emergencial, com a finalidade de resguardar a incolumidade

dos pretensos usuários, tendo em vista concreta situação de risco atual e iminente ofensa à sua vida ou integridade física.

Artigo 13 - Todos os atores que atuam nas instituições e Secretarias implicadas nesta Lei deverão ser capacitados de forma permanente, para que sejam capazes de realizar a detecção precoce e o acompanhamento dos casos de ameaça à integridade de crianças e adolescentes, além do encaminhamento à rede de atendimento disponível para acolhida.

Artigo 14 - As diferentes pastas programáticas responsáveis pelas políticas públicas necessárias para a consecução desta Lei, deverão atuar de forma articulada entre si, de modo a promover a atenção integrada e integral a crianças e adolescentes, devendo observar as seguintes diretrizes:

I - Políticas de Educação:

a) Consolidar informações sobre ocorrências disciplinares e evasão escolar por território e de forma semestral, bem como dados de frequência escolar para embasar programas de busca ativa;

b) Realizar a busca ativa de estudantes e notificar o Conselho Tutelar, em observância ao Art. 56 do ECA;

c) Criar e fortalecer estratégias para monitorar a defasagem escolar;

d) Desenvolver, em parceria com a rede de saúde, programas de prevenção à gravidez na adolescência voltada a meninas e meninos;

e) Mobilizar as escolas públicas e privadas para criação das comissões de conscientização, prevenção e enfrentamento à violência e promoção dos direitos da criança e do adolescente;

f) Promover programas específicos para a sensibilização da violência contra mulheres entre estudantes das instituições de ensino; e

g) Promover a transição positiva do ambiente escolar para o mundo do trabalho, em articulação com as políticas de desenvolvimento econômico e trabalho, de forma que os estudantes estejam melhor preparados para o processo de inclusão socioproductiva.

II - Políticas de Segurança Pública:

a) Divulgar trimestralmente, no formato de microdados, informações qualificadas de violência e de mortes violentas contra crianças e adolescentes, asseguradas as garantias à privacidade de informações pessoais;

b) Qualificar agentes de segurança pública, principalmente os profissionais que estão no atendimento nas delegacias, em temas de direitos humanos, sociais, constitucionais, Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência e da Lei 17.428/2021;

c) Priorizar no orçamento público o investimento na formação dos agentes de segurança pública e desenvolvimento de políticas e protocolos de segurança com enfoque na prevenção à violência e à morte violenta;

d) Assegurar o imediato registro de ocorrência de crianças e adolescentes desaparecidos, priorizando a busca pelos órgãos de segurança pública, conforme preconizado no art. 208 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

e) Integrar as bases de crianças e adolescentes desaparecidos com as bases de mortes violentas de crianças e adolescentes do Estado.

III - Políticas de Saúde:

- a) Fortalecer e ampliar os programas de prevenção à violência, regulados pela Secretaria Estadual de Saúde, tais como o Programa de Saúde do Adolescente e o Programa de Prevenção de Agravos e Violências, além dos demais que venham a substituí-los e que tiverem relação com os objetivos desta lei;
- b) Fortalecer e ampliar a estruturação da RAPS para atenção à saúde mental de crianças e adolescentes;
- c) Realizar a vigilância epidemiológica e o monitoramento com notificação compulsória dos casos do registro das mortes violentas de crianças e adolescentes, com análise e divulgação dos dados;
- d) Qualificar as informações sobre morte violenta de crianças e adolescentes, na área da saúde;
- e) Ampliar os atendimentos e acompanhamentos psicológicos às crianças e adolescentes que vivem em situação de tensão e risco em serviços de saúde da atenção básica; e
- f) Atuar de forma integrada com as áreas de educação e assistência social nas estratégias de busca ativa escolar.

IV- Políticas de Assistência Social:

- a) Atuar de forma integrada com as áreas de educação e saúde nas estratégias de busca ativa escolar;
- b) Inserir a capacitação sobre programas e iniciativas de políticas da prevenção e enfrentamento às mortes violentas de crianças e adolescentes e rodas de conversa nos serviços de baixa, média e alta complexidade;
- c) Criar programas de apoio e fortalecimento para as mães e familiares vítimas de violência contra crianças e adolescentes;
- d) Fortalecer os programas de prevenção e enfrentamento às mortes violentas de crianças e adolescentes;
- e) Implementar serviço de monitoramento pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS das causas de morte violenta de adolescentes, bem como daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas;
- f) Fomentar políticas de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de risco à morte violenta, de forma descentralizada; e
- g) Fomentar políticas de proteção provisória e acolhida a crianças e adolescentes em situação de risco à morte violenta.

V - Políticas de Desenvolvimento Econômico:

- a) Garantir para todo adolescente o direito à aprendizagem, à profissionalização e ao trabalho, na forma prevista em lei;
- b) Desenvolver programas específicos de aprendizagem e acesso à renda para adolescentes em situação de risco social e pessoal, escolaridade defasada idade-série, dos serviços de acolhimento institucional e familiar e em cumprimento de medida socioeducativa;
- c) Realizar convênios com o PPCAAM para a profissionalização e acesso à renda de famílias e adolescentes acolhidos pelo programa;
- d) Incentivar e fortalecer as instituições da sociedade civil e empresas que trabalham com aprendizagem de adolescentes, em especial para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e
- e) Manter e ampliar programa de transferência de renda para as famílias, priorizando famílias que perderam no último ano um ou mais adolescentes para a morte violenta;

VI - Políticas de Justiça e Cidadania:

- a) Fortalecer o Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo - PPCAAM;
- b) Criar unidades do Centro de Referência e Apoio à Víctima - CRAVI - de forma descentralizadas nos territórios com maior vulnerabilidade à morte violenta de crianças e adolescentes;
- c) Desenvolver nos Centros de Integração da Cidadania - CICs, programas específicos para a prevenção à morte violenta de crianças e adolescentes;
- d) Instituir, no âmbito da Fundação Casa, o programa de pós medida, conferindo dotação orçamentária própria e contemplando todos os adolescentes egressos da Fundação Casa; e
- e) Estabelecer políticas voltadas ao atendimento de casos que se enquadrem em contextos de proteção provisória.

VII - Instituições de Justiça (Ministério Público, Defensoria e Tribunal de Justiça) :

- a) Implementar serviço de monitoramento das causas de morte violenta de adolescentes, bem como daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas;
- b) Criar banco de dados qualificados dos processos de mortes violentas contra crianças e adolescentes; e
- c) Priorizar a tramitação de inquéritos e processos criminais relativos a mortes violentas de crianças e adolescentes e desenvolver mecanismos que viabilizem essa priorização.

DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E INTERFACES COM A PROTEÇÃO À VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Artigo 15 - As instituições policiais devem expedir normativas, protocolos e ações que visem atender crianças e adolescentes, a partir de suas especificidades, com ênfase na prevenção à morte violenta deste grupo social.

Artigo 16 - As operações da polícia civil e polícia militar, deverão sempre atuar a partir de um plano de redução de riscos e danos para evitar violações de direitos humanos e preservar, em especial, a vida de crianças e adolescentes, observando especialmente as seguintes diretrizes:

I- uso progressivo da força e a adoção de um Procedimento Operacional Padrão (POP) específico para uma abordagem adequada e não violenta de crianças, adolescentes; e

II- elaboração de planos de segurança pública que priorizem a proteção de crianças e adolescentes, de suas vidas, integridade física, de suas casas e espaços de educação e sociabilidade;

Parágrafo Único - As ações da Guarda Civil Metropolitana, deverão observar, no que couber e no âmbito das suas competências, o disposto neste artigo.

Artigo 17 - O Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, na elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, poderão prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, relativos a episódios de mortes violentas, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DAS AÇÕES DIANTE DA OCORRÊNCIA DE MORTES VIOLENTAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Artigo 18 - Em todos os casos de mortes violentas de crianças e adolescentes o Ministério Público deverá ser automaticamente notificado, para monitorar a prioridade e a observância à Lei Estadual nº 17.428/2021.

Artigo 19 - Deve-se garantir o atendimento psicossocial gratuito às famílias que tiveram crianças e adolescentes vitimados de forma violenta.

Artigo 20 - A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo deve divulgar periodicamente boletins, dados e informações sobre a morte violenta de crianças e adolescentes ocorridas no Estado.

DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 21 - O Estado informará à sociedade, anualmente, bem como consolidará na lei orçamentária, a soma dos recursos aplicados no conjunto de programas e serviços voltados à prevenção e redução da morte violenta contra crianças e adolescentes e o percentual estimado que os valores representam em relação ao respectivo orçamento realizado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22 - As despesas de execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 23 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CPPHA) foi criado em 2018 com o propósito de tornar o Estado de São Paulo um lugar seguro para crianças e adolescentes. Trata-se de uma articulação intersetorial e suprapartidária, entre a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria da Justiça e Cidadania.

Entre os anos de 2015 a 2021, o Estado de São Paulo perdeu 3.457 meninos e meninas para a violência fatal. Este cenário reforça a urgência da pauta, ao mesmo tempo em que abre a oportunidade para a construção de políticas de médio e longo prazo voltadas à prevenção da morte violenta de crianças e adolescentes. Tendo em vista que o Comitê Paulista Pela Prevenção de Homicídios constitui atualmente a principal iniciativa no estado para incidir de forma preventiva na redução das mortes violentas contra crianças e adolescentes, é preciso que se estabeleça de forma permanente políticas para esse propósito.

Assim, a descrição dos princípios, diretrizes, objetivos e outros mecanismos dispostos nesta lei visa conferir atenção especial à prevenção da violência fatal em relação a meninos e meninas de 0 a 18 anos no estado. Estas orientações partem da premissa de que as políticas de prevenção e redução da violência contra crianças e adolescentes devem ser de viés multidisciplinar e multissetorial. Dessa forma, os equipamentos e instituições estatais, além da sociedade de modo geral, devem estar familiarizados em relação à temática da prevenção, bem como, de direitos e garantias conferidas às crianças e adolescentes.

Por fim, esta proposta legislativa foi construída de forma coletiva, por meio de discussões e contribuições realizadas em reuniões de grupos de trabalho do CPPHA, junto a especialistas na temática, bem como de pessoas atuantes junto à pauta da infância e juventude. Consideramos que a construção coletiva é uma premissa fundamental para que toda a sociedade seja parte das ações e políticas voltadas endereçadas à reafirmação de direitos de crianças e adolescentes. Além disso, reforçam a perspectiva da prioridade absoluta preconizada na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como nos diplomas internacionais que versam sobre crianças e adolescentes.

Diante do exposto, solicito o

Sala das Sessões, em 22/6/2022.

a) Marina Helou - REDE